

COMPORTAMENTO ERRÁTICO DAS NAÇÕES UNIDAS E GOVERNANÇA GLOBAL NA ÁFRICA: O ESTADO COMO UMA CORTINA DE FUMAÇA PARA A SEGURANÇA MUNDIAL

Agbo Uchechukwu Johnson¹
Nsemba Edward Lenshie²
Ndukwe Onyinyechi Kelechi³

Introdução

A escolha do Estado para os seres humanos surgiu quando eles perceberam que a liberdade selvagem do “estado da natureza” onde o poder está, falhou em alcançar a independência e a proteção da vida e da propriedade. Os seres humanos foram forçados a capitular pelo bem comum ao governo abstrato. No que Hobbes (1588-1678) chamou de “contrato social”, o Estado reconheceu essa obrigação de ser governado por um líder de uma sociedade toda poderosa. Em seu Segundo Tratado de Governo (1689), John Locke (1632-1704) também concordou com a noção de contrato social de Hobbes, baseada na premissa de que os seres humanos nascem livres. Os indivíduos desfrutam de um direito natural à vida, liberdade e liberdade de possuir propriedades.

O Estado deve facilitar o contrato social e libertar a humanidade do medo e do perigo da morte violenta para alcançar todos os aspectos da

1 Federal University Wukari, Wukari, Nigéria. E-mail: agbojohnson@gmail.com

2 Departamento de Ciência Política e Relações Internacionais, Taraba State University, Jalingo, Nigéria. E-mail: edward.lenshie@tsuniversity.edu.ng

3 Departamento de Ciência Política, University of Maiduguri, Maiduguri, Nigéria. E-mail: onyinyechi.kelechi@yahoo.com

civilização. Foi na apreciação da importante posição doméstica do Estado que ela estava alinhada com a governança global (Gordenker e Weiss 1995). Isso contribuiu para o estabelecimento de órgãos supranacionais e, após a Segunda Guerra Mundial, em 1945, a ONU. A ONU reconhece o Estado como o centro de seu sucesso na prevenção de mortes violentas, guerras e na proteção da humanidade de fardos que podem impedir sua independência. Foi com base nisso que o Projeto de História Intelectual da ONU (2009) dividiu o órgão supranacional em três, nomeando os Estados membros da ONU como o “Primeiro”, o Secretariado da ONU como o “Segundo” e os atores não estatais (Organizações Não Governamentais (ONGs), acadêmicos, consultores, especialistas, comissários independentes) como a “Terceira” ONU (Weiss e Gordenker 1996; Weiss, Carayannis e Jolly 2009).

Outra característica importante da ONU e do Estado é que, de fato, a Carta da ONU foi fundada no conceito de soberania do Estado como um conceito protetor de igualdade entre os Estados – o princípio que só poderia fortalecer a proteção do poder dos menores e Estados mais fracos (Gordenker e Weibb 1995, 41). Podemos concordar com as classificações e o conceito de soberania a favor do Estado como a “Primeira” ONU, mas, em nossa opinião, como a “Terceira” ONU, podemos ter negligenciado os Estados que emergiram mais fortes na Segunda Guerra Mundial com certas medidas de forças no CSNU.

Embora se possa acreditar que exista igualdade constitucional entre os “Estados mais fortes e mais fracos” no sistema da ONU, a relação dos “Estados mais fortes” com os “Estados mais fracos” tem sido surpreendentemente desigual. Essa situação torna imperativo estudar no contexto da ONU os “Estados mais fortes”, também chamados de “super-Estados”⁴ em seus compromissos com os Estados mais fracos. Talvez o mais interessante seja que os organismos internacionais, incluindo a ONU, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), etc., sejam usados pelos “super-Estados” como ferramentas para promover seus interesses. A ONU forneceu a estrutura em alguns casos, mas com mais frequência a ONU foi afastada ou alinhada por novas organizações associativas controladas por países ricos ou outras organizações independentes. O precedente acima apresenta preocupações

4 O contexto em que o termo “super-Estados” é usado refere-se explicitamente às “grandes potências” ou países fortes. Estes incluem principalmente os EUA, Reino Unido, França, China e Rússia, que são membros do CSNU. No entanto, também inclui outros países potentes, como Índia, Japão e Alemanha. Eles são tratados de maneira diferente de outros membros mais amplos da ONU por causa de suas grandes contribuições para a ONU a cada ano. Embora independente por si só, a ONU depende de sua “generosidade” para cumprir suas funções.

estranhas em relação às estruturas e controle da “governança global”⁵ da ONU, transparência democrática e universalidade – e importância percebida, competência e peso político da ONU (Overseas Development Institute 1999, 2).

Este artigo interroga, como corolário, as manifestações da conduta errática da ONU na soberania dada aos Estados, com ênfase exemplificada nas crises da Costa do Marfim e da Líbia. Neste estudo, a primeira parte é precedida pela introdução que forneceu os antecedentes do comportamento errático da ONU no contexto da governança global nas relações com os Estados. A segunda parte examina o Estado e a ONU para entender as políticas e manobras dentro da organização supranacional. A terceira parte enfoca o colonialismo e as consequências das formações estatais para os africanos. A questão da autonomia dos Estados dentro da ONU é trazida para a frente na parte quatro. A quinta parte responde à pergunta de quem governa os Estados africanos, enquanto os casos específicos da Costa do Marfim e da Líbia são discutidos na parte seis e sete. A parte final, que é a oitava parte, termina com algumas sugestões construtivas.

A ONU e o Estado: Compreendendo a dinâmica complexa

As políticas dentro do sistema da ONU podem ser colocadas claramente no sentido do papel central que os Estados modernos desempenham na governança global (Gordenker e Weiss 1995). Seiscentos ou setecentos anos atrás, porém, as pessoas não se consideravam pertencentes a uma nação ou Estado como conhecemos hoje. A maioria das pessoas vivia em fazendas de subsistência, profundamente preocupadas com suas vilas, onde não pensam muito no mundo exterior. Os exércitos invadiam essas aldeias às vezes, mas para os moradores, quer o exército estivesse empregado ou não, isso não fazia grande diferença. Para eles, o exército como Estado não importava; foi contextualizado apenas dentro do domínio do “estado da natureza” (Shivery 2008, 41).

5 A governança global, também conhecida como “governança global”, é uma estrutura filosófica que representa o estabelecimento da “ausência de poder político superior, como no sistema internacional, é a regulamentação de vínculos interdependentes” (ONU 2014, 3). A governança global vagamente definida visa fornecer bens públicos globais, particularmente sistemas de paz e segurança, justiça e resolução de conflitos, mercados funcionais e padrões unificados de comércio e indústria (Global Change Foundation, <https://globalchallenges.org/global-governance>). Substituído por um sistema de governança global focado nas comunidades de países selecionados, o atual Quadro de Governança Global da ONU põe em perigo a Resolução 65/94, que aceita o multilateralismo inclusivo (Gálvez 2014).

Posteriormente, as formações estatais surgiram na forma de impérios dinásticos, reinos, emirados e cidades-estados. Eles emergiram do surgimento de um Estado moderno que continuou abundante e entrou em colapso. 1648 é atribuída a data do Tratado de Vestfália e a data em que a estrutura do Estado começou a assumir a forma atual. Portanto, é importante afirmar que o estabelecimento de Estados ocorreu antes da Vestfália (Impérios, Reinos, Emirados e Cidades-Estados) e teve relações entre si, mas o fizeram de uma maneira muito diferente (Palmer e Perkins 2004, 5). Os Estados modernos estão relacionados aos tratados de paz da Vestfália de 1648, que entraram em vigor após cerca de trinta anos de guerra (Cassese 1986).

Um Estado é uma unidade política que tem essencialmente jurisdição, ou seja, uma unidade política que tem responsabilidade absoluta pela condução de seus negócios. A França é um Estado, os EUA também são um Estado e o Brasil, a Líbia e a Costa do Marfim também são Estados fundados no princípio da “soberania” (Shively 2008). Portanto, no sentido internacional, um Estado é um grupo de pessoas estabelecidas em um território reconhecido como seu; eles têm um governo e, mais importante, são soberanos. Isso significa que as pessoas estão livres de algum tipo de controle estrangeiro, como o colonialismo, mas podem não estar livres do neocolonialismo⁶.

As características modernas do Estado normalmente incluem o território, as pessoas, o governo e a soberania. Embora os regulamentos internacionais sob a Carta da ONU reconheçam essas qualidades dos Estados, os atores estatais guardam zelosamente a “soberania” de seu país, mas agora

6 Na África, o colonialismo era anterior ao neocolonialismo (Sartre, 2001). O colonialismo é o domínio direto e geral de um país por outro, baseado em uma potência estrangeira nas mãos do poder do Estado (Ocheni e Nwankwo 2012, 46). Na África, a revolução industrial na Europa fortaleceu o colonialismo, o que exigia a necessidade de buscar matérias-primas e mercados para os excedentes das indústrias (Chamberlain 2013). A Conferência de Berlim de 1884-1885 levou à disputa e à divisão da África, suplantou as formações pré-coloniais do Estado Africano e reforçou o neocolonialismo pós-colonial (Sartre 2001). Segell (2019, 184) descreveu o neocolonialismo como “o efeito regressivo de formas não controladas de ajuda, comércio e investimento direto estrangeiro; e os líderes africanos cooperam com líderes estrangeiros para garantir que os interesses de ambos sejam atendidos com pouca consideração pelo crescimento, prosperidade e redução e bem-estar dos países africanos.”

estão ligados em uma “miríade de resoluções”⁷ que os proíbem o uso da força para resolver disputas, mas por meios pacíficos e critérios legais, e obrigá-los a cumprir certos requisitos (Cassese 1991, 256).

A ONU não é um governo mundial (ONU 2000), mas uma associação de 193 Estados (incluindo o Sudão do Sul), quase metade das nações do mundo, e assume a responsabilidade por muitas das atividades que um governo dentro de um Estado deve realizar. Isto é, eles se preocupam em defender a lei e a ordem, evitando conflitos violentos. Embora a ONU esteja tentando fazer as coisas que um país está fazendo, não pode fazê-las da maneira que um país faz. Não possui seu exército ou polícia para executar suas decisões. Em vez disso, deve depender da assistência voluntária de seus Estados membros (Shively 2008, 405). Podemos assumir que o decimal repetido da soberania dos Estados é uma medida de igualdade nas Nações Unidas, mas existem disparidades substanciais entre os Estados em termos de população, riqueza, cultura, meio ambiente, governo, força militar e todos os outros aspectos significativos (Palmer e Perkins 2004, 2). No entanto, o artigo 2 da Carta das Nações Unidas se baseia no “princípio da igualdade soberana de todos os Estados membros”. O conceito incoerente de igualdade de Estados da ONU desafia a “Terceira” ONU.

A ONU foi criada como um regime pelos aliados vitoriosos após a Segunda Guerra Mundial para ajudar a sustentar a paz mundial. Isso deveria ser conseguido em parte aplicando sanções ao intermediário da paz e em parte por programas baseados em pessoas para eliminar fatores que causam conflitos (privação, miséria e ignorância, etc.) (Shively 2008). Como os Estados foram criados para servir aos interesses dos comerciantes e industriais que os criaram, a ONU também foi criada pelos super-Estados. Na ONU, os super-Estados são líderes de alianças militares e controladores de sistemas internacionais de produção e comércio concorrentes. Isso define seus valores políticos, neste contexto, o capitalismo que eles exportam para todas as partes do mundo, especialmente a África.

7 A “miríade de resoluções” refere-se às numerosas resoluções da ONU destinadas a garantir a segurança do Estado soberano contra ameaças internas e externas e afrontas à sua existência e ao seu povo. Essas resoluções incluem “responsabilidade de proteger”, articuladas nos parágrafos 138 e 139 do Documento Final da Cúpula Mundial; “Segurança humana” consagrada na resolução 66/290 da Assembléia Geral da ONU e “proteção de civis em conflitos armados”, que as forças de paz estão autorizadas a fazer uso de todos os meios, incluindo o uso de força mortal para impedir ou responder a ameaças de danos físicos. violência contra civis, dentro das capacidades e áreas de operações, e sem prejuízo da responsabilidade do governo anfitrião (Nações Unidas 2010; 2015).

O processo agressivo de criação do Estado na África pelos colonialistas era servir aos interesses capitalistas. Os Estados africanos têm que encontrar seus pés em um mundo profundamente desigual de distribuição de poder e recursos globais que colocam a África no fundo do monte, sem quaisquer qualidades empíricas de Estado necessárias para sustentar a soberania internacional (Clapham 1995). Na África, mais de cem dos 193 Estados atuais eram colônias de nações europeias. Em outras palavras, hoje existem mais do que o dobro de Estados no mundo do que em 1941. Juntos, esses Estados emergentes e alguns Estados mais antigos compõem o sul global (África, Ásia e América Latina). Esses Estados no sul global mudaram drasticamente o cenário internacional porque dominam grande parte dos recursos naturais do mundo e contém cerca de três quartos da sua população. No entanto, eles não possuem uma parcela proporcional de recursos ou força militar; eles são fracos individualmente (Shively 2008: 397), correlacionando-se com o fato de terem sido criados pelos super-Estados através do imperialismo coletivo.

O imperialismo coletivo está enraizado no liberalismo, na filosofia comum da nação são seus princípios orientadores, não a soberania do Estado. É esse imperialismo coletivo que eles chamam de globalização. Um grupo de escritores neomarxistas, como Paul Sweezy, Harry Magdoff, André Gunder Frank e Samir Amin na década de 1970, teoricamente esclareceram a idéia do imperialismo coletivo. Nos vários escritos de André Gunder Frank e Samir Amin, o enquadramento teórico do imperialismo coletivo continuou a ressoar em destaque. O discurso sobre o imperialismo coletivo está relacionado ao papel dos Estados-nação da tríade (os EUA, membros da União Européia, Japão) nas relações desiguais do mundo entre a metrópole e a periferia. Samir Amin (2015) argumenta que o imperialismo coletivo nas nações da tríade está enraizado na consciência da burguesia de gerenciar conjuntamente o mundo, especialmente os países periféricos. Em sua implantação globalizada, André Gunder Frank (1978) situou o imperialismo coletivo na acumulação capitalista na metrópole por meio de trocas desiguais com os países da Ásia, África e América Latina, criando assim dependência e subdesenvolvimento nesses continentes.

A globalização é o encolhimento das fronteiras nacionais dos Estados para permitir a interconexão, integração e interdependência. A globalização é, de acordo com Samir Amin (2003, 6), a expansão global do capitalismo, a transformação estrutural do sistema de uma acumulação de um período de sua existência para outro e, com efeito, os sucessivos tipos de fragmentação assimétrico de centro/periferia no imperialismo concreto. A globalização gera um “valor global” para a criação de capital em escala econômica, polarizando o mundo. Isso é conseguido através da construção de centros dominantes

e periferias dominadas, e o caráter contínuo reproduzindo e aprofundando os domínios polarizados (Amin 2003, 5-6). O poder sobre o capital está concentrado na metrópole que impulsiona o capitalismo e o desenvolvimento capitalista globalmente, assim como nos laços com seus parceiros. Esse personagem mudou drasticamente a natureza dos Estados como grandes jogadores ou atores do sistema internacional. Apesar do papel desempenhado pela globalização reforçada pelo imperialismo coletivo, a supremacia nacional, a tomada de decisões nacionais e as fronteiras territoriais não desapareceram, e os Estados continuam sendo os principais atores nos assuntos internacionais. No tempo contemporâneo, os Estados, no entanto, tornaram-se cada vez mais acessíveis e vulneráveis a pressões externas (Speros e Hurt 2003, 390).

A globalização do capitalismo que penetra nas periferias com a centralização do capital na metrópole não levou ao estabelecimento de um governo mundial, mas correspondências são enviadas através das fronteiras de vários países em diferentes continentes em um determinado dia; as pessoas voam de um país para outro; bens e serviços são negociados por terra, ar, mar e ciberespaço. Na justa suposição de proteção e segurança para os indivíduos, organizações, empresas e governos envolvidos no processo, ocorre toda uma série de outras atividades transfronteiriças. Nesse contexto, o imperialismo coletivo tornou-se domesticado tanto quanto o controle do capital pelas nações triades é sobre o setor produtivo do capitalismo segmentado e localizado em diferentes partes do mundo (Amin 2015).

O imperialismo coletivo produz distúrbios estruturais e desafios que são mais e, em muitos casos, menos frequentes no domínio internacional do que em muitos países soberanos que deveriam ter um governo bem-sucedido e funcional (Projeto de História Intelectual da ONU 2009, 1). O que isso significa é que a ONU protege o espaço externo de disputas do que os Estados do sistema internacional. No sistema internacional, os Estados africanos são mais afetados por disputas internas, considerando sua história colonial que impediu o desenvolvimento de formações estatais nativas. O colonialismo e os Estados pós-coloniais na África mantiveram os processos anti-humanos do imperialismo, dadas as cláusulas da Carta da ONU que visam manter a paz através da abordagem de “segurança humana”⁸.

8 “Segurança humana”, no contexto da Resolução 66/290 da Assembleia Geral da ONU, “é uma estratégia para ajudar os Estados membros a reconhecer e resolver ameaças comuns e transversais à segurança, bem-estar e dignidade de seu povo”. A Segurança Humana apela por “abordagens centradas nas pessoas, sistemáticas, específicas ao contexto e orientadas à prevenção, que fortaleçam a proteção e capacitem suas pessoas”.

Colonialismo e a consequência nas formações estatais na África para africanos

As formações estatais na África estavam no auge. Como a revolução industrial na Europa forçou seus comerciantes a encontrar matérias-primas fora da Europa, a África se tornou o ponto de contato. Tendo uma longa história do tráfico de escravos na África, foi substituído pelo imperialismo e colonialismo. Enquanto impérios africanos, reinos, emirados e cidades-Estados resistiram à invasão europeia, um poder militar superior foi usado para subjugar-los, aprimorado na “Conferência de Berlim”⁹. Para Young (1991, 24), a ocupação colonial da África era comparativamente densa e completa. As múltiplas infra estruturas de dominação foram estabelecidas para garantir a ocupação bem-sucedida das comunidades africanas como condição para segurança, direitos de propriedade, exploração de matérias-primas e serviço de trabalho e tributo fiscal ao autofinanciamento da hegemonia alienígena.

Na Conferência de Berlim, os problemas dos Estados africanos começaram quando os arquitetos da divisão os tornaram entidades estrangeiras, sem conteúdo local destinado a representar os interesses do centro/metrópole. Johnson (1975, 108) observou as nações europeias beneficiadas pela exploração e expropriação de capital do trabalho forçado do povo originário da África. Os Estados modernos da África permaneceram corpos estranhos aos africanos. Os africanos tinham a imposição de regimes de Estado que não estavam alinhados com as estruturas políticas existentes que antecederam o colonialismo e o advento dos Estados modernos. No processo de colonização, não havia sentido em representar as necessidades dos africanos no processo de colonialismo e construção de impérios coloniais na África (Shively 2008, 395). Na África, a relação entre nação e Estado é especialmente perdida devido à formação do Estado mediado externamente. As fronteiras de muitos Estados africanos são remanescentes da era colonial, quando foram desenhadas para se adequar à conveniência das potências colonizadoras.

Embora a imposição das fronteiras coloniais estáticas pareça uma notável melhoria para o continente e seus habitantes, na África é uma interrupção no desenvolvimento dos Estados originários. O continente europeu

9 A Conferência de Berlim reuniu em Berlim entre 15 de novembro de 1884 e 26 de fevereiro de 1885 Bélgica, Alemanha, Grã-Bretanha, França e Portugal. em busca de territórios africanos, na residência oficial do chanceler alemão Otto von Bismarck na Wilhelmstrasse (Gathara 2019). Otto von Bismarck participou e mediou na competição acirrada do continente africano, que levou à formalização e mapeamento da África para que os países europeus apostassem interesses para conquistar territórios na África. Nos anos 90, esses países europeus colonizaram 90% do território africano (Heath 2010).

passou por trinta anos de guerra que resultaram no Tratado de Vestfália que levou aos Estados da Europa. A falta de participação dos africanos no curso de sua criação estatal, como no caso do tratado de Vestfália europeu, fez o povo da África repudiar o Estado por ser um implante estrangeiro. Os Estados africanos não foram indigenizados até o momento; eles seguem as estruturas institucionais implementadas pelas potências européias, curiosamente com desprezo descarado ao desenvolvimento socioeconômico e político da África.

Embora as instituições europeias sejam projetadas para trabalhar para o povo, o colonialismo transformou as instituições na África para trabalhar contra o povo. Assim, após a independência nas décadas de 1950 e 1960, os governos africanos herdaram as armadilhas coloniais do Estado e as continuaram. As Forças Armadas formaram-se para servir a um esquema imperial maior; as forças policiais organizadas para controlar os nativos e manter qualquer resistência contra o governo afastada, bem como as leis coloniais estabelecidas para proteger as potências imperiais foram transformadas após a independência para proteger os governantes dos Estados africanos escolhidos, principalmente pelas potências imperiais que estavam de partida. Essas forças combinadas fortaleceram o Estado contra os cidadãos da África. Os Estados africanos eram controlados, mas não governados, e contemporaneamente ainda refletem o caráter dominante das estruturas coloniais do Estado, o que explica o arrebatamento do Estado pela sociedade da África.

A ONU, os super-Estados e a questionabilidade da soberania dos Estados africanos

A soberania dos Estados coloniais entregues aos governantes africanos nas independências foi questionado. A questionabilidade do Estado na África contribui para os debates sobre a enormidade de problemas enfrentados pelos Estados africanos. Os Estados africanos são reconhecidos como autônomos e soberanos e, como tais, têm assentos na ONU. No entanto, isso faz algum sentido? E eles têm votos e opiniões iguais na ONU? Nesse contexto, o conceito de igualdade soberana é desafiado. É mais apropriado descrever Estados africanos como “quase-Estados”. Quase-Estados são reconhecidos por outros Estados dentro da estrutura internacional como entidades soberanas e autônomas, mas são incapazes de atender às demandas de um Estado substantivo, que inclui a capacidade de exercer controle efetivo no interior e capaz de proteger as fronteiras territoriais contra ataques externos (Jackson 1990).

Isso pode ser melhor ilustrado pelo papel que a França e a Grã-Bretanha desempenham na África em nome dos interesses comuns do centro imperialista. Ao contrário do papel desempenhado pela Grã-Bretanha, a França formalmente desempenhou um papel dominante no governo de setenta Estados da África Subsaariana. O relacionamento da França com o *bloc African de premier* fez com que os funcionários fossem politicamente, culturalmente, economicamente e militarmente tutelados, às vezes intrusivos e muitas vezes flagrantemente intervencionistas (Young 1991, 27). A França construiu um relacionamento sem precedentes com os líderes africanos francófonos, além daqueles necessários para suas ambições da Guerra Fria e expressa, em média, uma intervenção militar francesa na África por ano, de 1960 a 1994.

A aliança da França com os países africanos francófonos reforça sua posição como potência mundial pós-colonial. Isso é evidente também no relacionamento de muitos ex-colonialistas com suas ex-colônias na África. A França e outros “super-Estados” ocidentais continuam a desempenhar seus papéis como potências mundiais no bloco ocidental, assim como o “super-Estado” oriental, embora as elites dos governos africanos continuem a ganhar como aliados confiáveis. Esses super-Estados continuam a fornecer a eles ajuda econômica, política, técnica e militar, para consolidar o regime ditatorial na África (Chafer 2002, 344). O argumento é que franceses e britânicos abandonaram seu domínio colonial na África, embora não por padrão, mas como resultado de atividades pós-Segunda Guerra Mundial nas quais os EUA e a ONU eram atores ativos. Também se seguiu isso no neocolonialismo; eles viram uma oportunidade que beneficiou os EUA e outros – países da Europa Central e Ocidental e o Japão, que transformaram a multiplicidade do imperialismo da pré-Segunda Guerra Mundial em imperialismo coletivo.

Os EUA, que emergiram mais fortes no mundo capitalista, foram acomodados no imperialismo coletivo e se tornaram o líder hegemônico a esse respeito. Samir Amin (2004) observa que esse modo moderno de expansão colonial passou por vários estágios de desenvolvimento e ainda permanece presente. Esse ponto de vista deve ser colocado na posição hegemônica final dos EUA que articula dentro do atual imperialismo global. A França e a Grã-Bretanha agem e manobram suas ex-colônias para servir a seus propósitos. No entanto, na maioria dos países africanos, a classe dominante estava preparada para tomar o poder para servir aos propósitos de seus ex-colonialistas na África pós-independência.

Sob as regras do capitalismo, a classe capitalista conservadora no controle do poder do Estado se opunha ao funcionamento. Os líderes africanos

são forçados a renunciar à autoridade ou depor, pacificamente ou violentamente, por causa de sua resistência. Na maioria dos casos, o método do novo regime é esconder-se sob as resoluções da ONU, enquanto seus patetas têm permissão para transformar o Estado em governança patrimonial. Enquanto a França, a Grã-Bretanha, os EUA e outras potências ocidentais continuam sendo os principais atores nos Estados africanos, surgiram novas dinâmicas estratégicas e a disputa pelos continentes, juntamente com as divisões entre os super-Estados ocidentais e orientais. Como os EUA reduziram recentemente a participação na África, os super-Estados do Leste, principalmente a China e a Rússia, entre outros, aumentaram sua presença na África para controlar e proteger seus interesses políticos e econômicos. China e Rússia na África mostraram interesse e envolvimento notáveis. Em outubro de 2000, a China recebeu 44 países africanos para sua primeira Cooperação China-África (FOCAC) em Pequim, denominada Parceria de Desenvolvimento Social e Econômico Sino-Africana. Desde então, a China fortaleceu suas parcerias socioeconômicas entre outros nos países ricos em recursos naturais de Angola, Argélia, República Democrática do Congo e Nigéria (Yachyshen 2020).

Em um contexto relacionado, a Rússia realizou a primeira cúpula Rússia-África em Sochi, em 2019. A cúpula concentrou-se no desenvolvimento de laços comerciais, na garantia de projetos de energia e em acordos militares com países africanos. Seu envolvimento na África gira em torno da necessidade de ampliar seu poder e influência, explorar conflitos, manipular governos e vender armas em toda a África. As atividades da Rússia são predatórias e contradizem os interesses dos EUA, pois seu esforço é subverter a democracia e criar regimes autoritários continentais. A República Centro-Africana (CAR), Líbia, Madagascar, Moçambique e Sudão são países com os quais a Rússia interage e transaciona relações comerciais. Desde 2001, a Rússia vende armas, aviões de conflito, helicópteros de combate e equipamento militar ao governo de Bashir no Sudão (Yachyshen 2020).

A presença da China e da Rússia na África, comprando ativos em larga escala, assinando acordos e colaborando para explorar as reservas de recursos naturais, negociando e manipulando governos em todo o continente levou a uma escalada de atritos com os EUA. A ajuda, empréstimos, investimentos estrangeiros diretos e alianças da China aos governantes africanos, na tentativa de desenvolver sua presença no continente, levantou a questão de se a África está sendo recolonizada. O imperialismo da China e a saída da Rússia na África fortalecem sutilmente e ativamente o imperialismo coletivo usado para subverter a autonomia e o desenvolvimento dos Estados africanos no período contemporâneo.

A ONU, os super-Estados e a violação da soberania dos Estados africanos

Durante todo o debate sobre ciência política, a governança se tornou um tópico-chave. Para atingir objetivos mútuos, o conceito está correlacionado com o conceito de governo usado para exercer controle de indivíduos e grupos nas relações socioeconômicas e políticas. O Estado tem um papel importante a desempenhar no controle de instituições que fortalecerão a governança para benefícios mútuos estatais. A ONU, como órgão de nações soberanas, é uma organização voluntária de um estado individual e não um governo mundial. Embora a Assembleia Geral da ONU tenha o direito de abordar todos os assuntos no âmbito da Carta e fazer recomendações. No entanto, não tem poder para forçar nenhum Estado a agir. No entanto, suas propostas têm o peso moral da opinião mundial (ONU 2000). Para alcançar seu objetivo, a ONU conta com os super-Estados para preencher o vazio do poder e ordenar a obediência entre os Estados membros.

O CSNU, em 25 de janeiro de 1946, criou o Comitê do Pessoal Militar, nos termos do artigo 43, parágrafo I da Carta do braço militar da ONU, para dar-lhe dentes, o que especificava que “todos os membros da ONU contribuam para a manutenção de paz e segurança internacionais, comprometem-se a disponibilizar ao Conselho de Segurança, mediante sua convocação e mediante acordo especial, forças armadas, assistência e instalações, incluindo os direitos de passagem, necessários para manter a paz e a segurança internacionais.” Essa cláusula viola a soberania dos Estados mais fracos, ou que os super-Estados que criaram a ONU usurparam a supremacia dos Estados mais fracos (Murthy 2018; Boulden 2013; Goulding 1999). Também descreve as dificuldades na estrutura internacional para os países africanos. A dinâmica da era da Guerra Fria agravou ainda mais os problemas dos Estados africanos. Hoje, os super-Estados do CSNU usam a ONU para estabelecer hegemonia global e enfraquecer os valores da organização supranacional.

Em retrospecto, sob a vigilância da ONU, os super-Estados se comportaram de maneira contrária na África. Alguns dos comportamentos erráticos da ONU procedidos através dos super-Estados são assim relatados:

- No Congo Kinshasa, após a independência em 1961, os super-Estados apoiaram o primeiro-ministro Patrice Lumumba sequestrado e torturado até a morte por seus oponentes políticos, Kasavubu e Mobutu, da custódia legítima e garantida das forças armadas da ONU. Na crise do Congo, a morte do secretário-geral

da ONU Dag Hammarskjöld em um acidente de avião não estava ligada aos fragmentos de fatos associados à morte do falecido Patrice Lumumba.

- As Nações Unidas referiu-se aos rebeldes pela liberdade de Mau-Mau de 1963-68 no Quênia como um grupo extremista africano a ser derrotado no território queniano britânico. A ONU se recusou a combater o ataque e o massacre dos combatentes do Quênia Mau-Mau, mas apoiou as tropas coloniais britânicas.
- A ONU e todas as potências europeias e ocidentais se recusaram a condenar oficialmente os portugueses, o regime do apartheid sul-africano e a intervenção militar da França na guerra civil em Angola (1968-72). Na guerra civil, as potências ocidentais apoiaram Jonas Savimbi nos dentes para derrubar o governo constitucional de Angola.
- O acidente desastroso de avião, no sentido de uma mudança de regime que levou à morte do presidente de Moçambique, camarada Samora Machel, em 1986, que a ONU rejeitou por certas considerações, chamando de um infeliz acidente aéreo, navegação técnica e erro climático.
- O regime do apartheid sul-africano era colonial, autoritário e repressivo e, acima de tudo, violava os direitos políticos e humanos dos sul-africanos indígenas, mas o país era aceito e reconhecido como membro da ONU.
- Na República de Ruanda, o primeiro verdadeiro genocídio africano aconteceu entre 1994 e 2000. Os irônicos capacetes azuis da ONU eram mantenedores da paz, totalmente armados no território de Ruanda, mas não conseguiram impedir o assassinato em 1994 de Juvenal Habyarimana, o primeiro presidente constitucionalmente eleito de Ruanda. Isso levou à matança vingativa étnica instantânea do povo tutsi pelo povo hutu, a quem eles suspeitaram de assassinar o presidente Habyarimana. Nesse contexto, Shively (2008) acusou o Ocidente de uma resposta tímida ao genocídio de Ruanda, manipulado pela França para continuar fornecendo armas às milícias hutus, realizando os assassinatos coordenados e a defesa do governo hutu ao fugir dos rebeldes vitoriosos; o governo dos EUA e seus diplomatas também foram acusados de não dar o nome de genocídio contra os tutsi e atrasaram a chegada de apoio logístico às tropas africanas para ajudar a restaurar a ordem em Ruanda.

- A atual República da Somália, a crise política, humanitária, econômica e social surgiu de 1991 a 2012. Onde estava a ONU? Por que a ONU agiu recentemente quando toda a população da Somália quase testemunhou a extinção da face da Terra?
- O Zimbábue de 1964, sob os fazendeiros brancos britânicos e o sistema político do então primeiro-ministro Ian Smith, foi sinceramente apoiado pela ONU contra a aspiração política da maioria negra dos zimbabuanos. A guerra de libertação dos negros no Zimbábue das algemas dos colonos brancos do Zimbábue e da África do Sul racista do Apartheid só teve êxito em 1987, com a chegada do então presidente do Zimbábue, nacionalista da ZANA/PF, Robert Mugabe. A ONU, que apoiou totalmente o governo da minoria branca do primeiro-ministro Ian Smith, de 1964 a 1987, tornou-se a primeira organização internacional a impor, ainda que hipocritamente, sanções econômicas internacionais contra os líderes políticos nacionalistas com suas famílias, enquadrados pelos países ocidentais.
- O quadro político da ONU deste século, no contexto político da África, foi sua operação ilegal conjunta de ataque militar contra um estado membro independente e soberano da ONU e seu presidente Gbagbo da Costa do Marfim na crise pós-eleitoral de 2011 com o exército neocolonial francês. O exército francês liderado pela ONU usou a força contra um Estado soberano, apreendeu e prendeu à força um membro e sua família. Ele foi enviado ao Tribunal Internacional de Justiça, onde alguns super-Estados se recusaram a permitir que seus ex-presidentes fossem julgados por crimes de guerra em todo o mundo.
- Na Líbia Jamahiriya, a ONU foi usada pelos super-Estados para enquadrar Muammar Gaddafi. A Resolução 1973 do CSNU, adotada em 17 de março de 2011, aprovou todas as medidas necessárias para proteger os civis líbios, mas não incluiu a proteção do Presidente. O relatório sobre a crise da Líbia culpou os rebeldes, forças do governo e coalizões militares da ONU lideradas pela OTAN por tiroteios ilegais, violações dos direitos humanos, estupro e bombardeios sem sentido, mas eles não foram apresentados aos tribunais. A participação da OTAN na guerra e violação das resoluções da ONU na Líbia fazia parte do comportamento irregular da ONU.

Pelo exposto acima, é adequado afirmar que os super-Estados que atuam em nome da ONU na África têm pouco a ver com estabilidade, segurança, crescimento econômico e boa governança, que são os principais objetivos da ONU (Ulfstein e Christiansen 2013). Na Costa do Marfim e na Líbia, a situação da França e das intervenções lideradas pela OTAN exemplificam o contexto acima (Wyss 2003; Glanville 2013; Dembinski e Reinold 2011; Bellamy e Williams 2011). Em vez de promover a democracia e a boa governança, a ONU, agindo através dos super-Estados, vem instalando fantoches em vários países africanos.

Os Estados africanos e seus líderes não são respeitados nem reconhecidos como fatores críticos no sistema internacional. O mínimo de sua aceitação depende de sua submissão aos super-Estados. Os super-Estados identificam os países africanos com base nos comportamentos dos seus líderes. Classificamos seus comportamentos em três – o “menino bom”, o “menino mau” e o “menino bom que se tornou radical”. Os super-Estados atribuíram à Costa do Marfim e à Líbia classificações como: “menino bom que se tornou radical” e o “menino mau”, com base na luta de seus líderes pela sobrevivência do Estado/regime. Assim, esse rótulo reforçou as crises na Costa do Marfim e na Líbia.

A ONU, os super-Estados e o enquadramento da crise da Costa do Marfim

O Estado significa tudo para a classe política africana. Instalados nos vários Estados africanos pelo imperialismo e colonialismo, não para representar o povo, mas para representar interesses externos, engajados na acumulação primitiva. Portanto, a representação da África é cheia de subjetividade de seus fortes parceiros, e esse foi o reflexo da crise da Costa do Marfim. A crise da Costa do Marfim é frequentemente descrita de maneira simplista como um conflito cultural entre o norte muçulmano e o sul cristão, entre os grupos étnicos da savana e os da região florestal. Essa abordagem reducionista (os países ocidentais) e a mídia dependem diretamente do que Bovcon (2009, 2-3) descreveu como a “suposição primordial que entende a etnia como uma substância inata e imediata da identidade humana, objetivamente dada, que pode levar ao confronto quando confrontados com uma concepção cultural diferente”.

Mais detalhadamente, Bovcon (2009, 2) esclareceu que, na Costa do Marfim, a crise costa-marfinense estava enraizada em um conflito multica-

mada de raça, autoctonia e cidadania para discriminar econômica, política e socialmente os outros. Sem explicar todo o seu significado, o Presidente Henri Bedie introduziu o conceito de “Ivorita”, disponibilizando-o para a maioria das interpretações xenofóbicas para perpetuar a exclusão social, econômica e política na Costa do Marfim. Nesse contexto, Bovcon preferiu abordar os fatores que influenciavam a crise da Costa do Marfim separadamente, aqui optamos por investigá-la holisticamente no sentido de uma luta pelo poder na Costa do Marfim, onde os mestres coloniais franceses, como foram chamados, ignoraram a democracia e fizeram do falecido presidente Boigny um presidente vitalício, igual ao Estado da Costa do Marfim e visto como ninguém capaz de se tornar presidente.

O argumento é que não havia uma estrutura político-institucional forte para preencher o vácuo de poder antes da morte de Boigny. A regra de partido único levou Boigny a se transformar em uma espécie de instituição. A falta de mecanismos institucionais para controlar a transferência de poder proporcionou às elites políticas a oportunidade de politizar perigosamente a identidade que levou à crise da Costa do Marfim. Com a deterioração da saúde e a morte de Boigny, em dezembro de 1993, Bédié, o presidente da Assembléia Nacional assumiu a presidência imediatamente e introduziu a identidade marfinita, principalmente para derrotar o presidente Alassane Dramane Ouattara, que já supervisionava os assuntos de governança no país antes da morte de Boigny. Também visava desalojar outros líderes políticos da oposição que perderam a luta pelo poder após a morte de Boigny. O conceito marfinense de luta pelo poder produziu um problema de nacionalidade que dividiu o país.

Infelizmente, o conceito de cidadania usado para a exclusão étnica da classe política do norte beneficiou o sul da Costa do Marfim. Os beneficiários da política de identidade focada no status de cidadania foram o então presidente Bedie, o general Robert Gue, Laurent Gbagbo e o presidente Ouattara. A ONU estava mais interessada no resultado da eleição, sem ir além do processo eleitoral para examinar as ferramentas de luta pelo poder divididas e governadas que foram utilizadas durante a eleição. Basta afirmar que a política de divisão e governo na Costa do Marfim foi aprendida com as antigas potências coloniais. A ação que levou à prisão de Gbagbo e à violação da soberania da Costa do Marfim foi para servir ao interesse dos franceses, não da ONU ou do povo da Costa do Marfim. A preocupação das pessoas na Costa do Marfim só pode ser tratada com mudanças institucionais. Na Costa do Marfim, é o tribunal constitucional que, embora com uma comissão eleitoral apoiada pela ONU e baseada no Gbagbo criminalizado, então presidente, sem olhar para a questão da cidadania que causou a crise tenha permitido ao tribunal

constitucional, e não ao organismo eleitoral, declarar o resultado final. Esta situação estava na raiz da guerra civil da Costa do Marfim.

A ONU, os super-Estados e a geopolítica da crise da Líbia

Sob o comando do coronel Muammar Gaddafi, a Líbia era conhecida como um dos Estados revolucionários que se transformou em um bom menino ditador, mas não sem manchar a visão dos super-Estados. A Primavera Árabe ofereceu a chance para a Líbia, e o regime de Muammar Gaddafi entrou em uma condição onde já estava alcançando a febre. Em nome do nacionalismo, autodeterminação e soberania popular, Gaddafi liderou uma revolução contra a monarquia líbia. Governando por mais de quatro décadas, as pessoas já estavam contrariadas com o regime de Gaddafi. Os grupos de oposição, usando a Primavera Árabe¹⁰ como um meio para acabar com o regime de Gaddafi em nome da soberania popular, argumentaram que o regime estava entrincheirado há mais de quatro décadas, usando todos os tipos de ferramentas para se manter no poder. A guerra popular liderada pela oposição na Líbia, patrocinada pela aliança ONU-OTAN contra o regime de Gaddafi, foi brutal (Lyll-Grant e Dormandy 2011; Wedgwood e Dorn 2015). Houve abuso da soberania popular e a proteção dos civis fornecida pelo mandato do CSNU não foi mantida exclusivamente pela coalizão para evitar a destruição de vidas e propriedades na Líbia (Plett 2011).

Infelizmente, a revolução na Líbia escalou em uma guerra civil, que os países ocidentais chamam de “levante armado”. O envolvimento da ONU na rebelião armada na Líbia continua sendo uma preocupação deste relatório. Ao concordar que o governo da Líbia foi responsabilizado pelo uso ilegal da força contra civis e forças da oposição, quem eram os oponentes? Embora a Primavera Árabe do Egito e da Tunísia fosse de assuntos civis, organizados por organizações da sociedade civil, na Líbia foi conduzida por grupos armados, com apoio externo em larga escala. A aplicação do uso da força foi necessária para Gaddafi, para a proteção e sobrevivência do Estado e do regime. No processo, Gaddafi foi brutalmente assassinado pelas forças rebeldes apoiadas pelos super-Estados que operam em nome da ONU.

10 Esta é uma série de levantes, protestos e manifestações antigovernamentais em países do Golfo e do norte da África que ocorreram no início de 2010. A Primavera Árabe começou como uma reação à supressão do regime e às más condições de vida na Tunísia (Noueihed 2011; Gowan 2013). Isso levou à queda de vários governos, incluindo Gaddafi da Líbia. No levante popular, o CSNU foi dividido em super-Estados ocidentais (aliados dos EUA e da OTAN) e super-Estados orientais (Rússia e China).

Em outros países do norte da África onde ocorreu a Primavera Árabe, a revolta contra Gaddafi e o regime na Líbia tem o mesmo contexto. Não apenas a Primavera Árabe aconteceu em um dia, mas também é um fenômeno incubado entre a população árabe há décadas. Alguns dos fatores que inspiraram a Primavera Árabe foram as liberdades civis limitadas, a desigualdade, as disparidades crescentes de riqueza, a falta de dignidade, a impunidade para a polícia e as eleições fraudulentas (Africa Center for Strategic Studies 2011, 7-8). Enquanto as Resoluções 1973 e 1970 da ONU “excluíram qualquer tipo de invasão estrangeira em qualquer parte da Líbia”, pedia um cessar-fogo, diálogo imediato e o uso de todas as medidas apropriadas para salvaguardar os civis líbios, protegendo o espaço aéreo e medidas efetivas de conformidade para os embargo de armas à Líbia. Os EUA e a OTAN, que mais tarde assumiram o comando das operações da coalizão na Líbia para implementar a Resolução 1973 do CSNU, foram vistos trabalhando em nome da ONU, mas suas ações na Líbia foram para expulsar Gaddafi do poder (Erdağ 2017).

O apelo do presidente Barack Obama de que Gaddafi deveria renunciar ao poder não foi expresso na Resolução 1973 do CSNU. As forças da coalizão dos EUA neutralizaram os Sistemas de Defesa Aérea da Líbia, as Forças Aéreas e as forças terrestres pró-Gaddafi e apoiaram tacitamente as forças da oposição que mais tarde se transformaram nas Transições do Conselho Nacional (TCN) depois de matar Gaddafi, o que corrobora nossos argumentos de que representava interesses dos super-Estados na ONU (Ulfstein e Christiansen 2013).

Enquanto outros analistas preocupados com a crise da Líbia avaliam a crise do ponto de vista de Gaddafi, nossa análise é da perspectiva da Líbia. Existem muitos líderes do tipo do Gaddafi encarregados do poder estatal em todo o mundo, que a ONU e as potências ocidentais envolveram calorosamente e forneceram imunidade, apesar de permanecerem no poder por décadas. Esses líderes são mantidos no poder, enquanto continuam a defender e promover os interesses dos super-Estados. Os super-Estados sob a cobertura da ONU violaram a soberania da Líbia (Glanville 2013; Adebajo 2016; Erdağ 2017). A ONU e os super-Estados, desafiando os valores de “soberania”, consagrados na Resolução 2131 (XX) da Assembléia Geral da ONU, adotada em 21 de dezembro de 1965, ajudaram os grupos rebeldes a derrubar o presidente Gaddafi. A resolução declarou que “o princípio da não intervenção dos Estados nos assuntos internos e externos de outros Estados é essencial para o cumprimento dos propósitos e princípios da Organização das Nações Unidas” (Declaração sobre a Inadmissibilidade da Intervenção nos Assuntos Internos da Estados Unidos e a Proteção de sua Independência e Soberania, 1966). Os super-Estados ajudaram a rebelião contra o governo

legítimo da Líbia e enviaram um falso sinal de paz e estabilidade mundial que a ONU representa.

À luz disso, os movimentos islâmicos que ajudaram a ONU a combater a guerra na Líbia da maneira mais violenta infestaram a África e o mundo em geral. Omotola (2014), refletindo sobre o assunto, observou como o crescente papel das forças islâmicas após a Primavera Árabe gerou sérias preocupações para o Ocidente, não apenas com a suposta incompatibilidade da ideologia islâmica com os valores democráticos, mas também com a possibilidade de regimes islâmicos impulsionarem o “choque de civilizações”, que também é responsável pela ascensão das forças islâmicas locais que desafiam a ordem existente em outras partes do mundo. O transbordamento dos efeitos pós-Gaddafi nos movimentos jihadistas islâmicos levantam preocupações no Mali, na Nigéria e na RCA. Os movimentos islâmicos jihadistas nesses países se tornaram vorazes e desafiam a soberania do Estado. Por exemplo, na Nigéria, o Boko Haram, que sobrevive há mais de uma década, desafia a soberania estatal no Chade, no Camarões e no Níger. Todos os jihadistas islâmicos nestes países se beneficiaram das armas usadas na guerra civil na Líbia, alimentadas por vários movimentos islâmicos e financiadas pelos países ocidentais, em termos de infraestrutura e armas, que esses movimentos agora usam para combater os interesses ocidentais globalmente (Basar 2012; Eaton 2018).

Conclusão e recomendações

Este estudo foi elaborado para questionar o comportamento irregular da ONU na governança global da África. Concluimos, a partir do estudo do comportamento errático da governança global da ONU nos Estados africanos, que a ONU teve um papel reacionário, não pró-ativo. Nesta análise, os casos da Costa do Marfim e da Líbia revelaram que a ONU era reacionária, pois remover Gbagbo e Gaddafi do poder não significava acabar com os problemas que levaram às crises nesses países. Os problemas pós-Gaddafi na Líbia se mostraram difíceis para os super-Estados e a ONU e estão se deteriorando, capazes de levar ao colapso do Estado. A posição da ONU na governança global na África fracassou com a ascensão dos movimentos islâmicos jihadistas e outros grupos insurgentes no período pós-Gaddafi, e a disseminação por outras regiões da África. Parece que a situação na Costa do Marfim é calma, mas isso não significa que uma solução permanente tenha sido direcionada para os desconcertantes problemas do Estado.

A maior barreira para entender a paz e a estabilidade mundial não tem sido a ONU, mas os super-Estados, que se abrigaram sob as resoluções e mandatos da ONU para expressar seus interesses e promover o imperialismo coletivo. Ou os modelos ocidentais são seguidos por fantoches ou o comportamento do Estado e seus líderes políticos são interpretados como sendo desobedientes, usando as resoluções da ONU para justificar ações contra eles, executados pelos super-Estados em nome da ONU, violando sua soberania. Como parte do mandato da ONU para alcançar a governança global, esses super-Estados não se preocupam com paz, segurança, redução da pobreza, instituições democráticas fracas ou boa governança. A história da governança global continua sendo uma jornada inacabada, enquanto lutamos para encontrar um final satisfatório.

Governança global é o que os franceses chamariam de *faute de Deux*, uma espécie de substituto para o mundo contemporâneo por meio da autoridade e aplicação. O argumento é que as forças políticas e militares ocidentais corroeram a legitimidade internacional da ONU na governança global, particularmente na África e em outras partes do sul global. Desde a sua formação após a Segunda Guerra Mundial, para afirmar seu papel internacional na governança global, a ONU tornou-se ineficaz e profundamente reacionária ao intermediar a paz e a harmonia internacional entre seus Estados membros. O mandato da ONU para os super-Estados de intervir nos conflitos que ocorrem nos países do sul global, particularmente na África, equivale a uma violação da soberania estatal. O método de representar a atual política internacional do século XXI, composta por muitas filosofias e dinâmicas sociais complexas, especialmente no sul global ou na África precisa ser totalmente reformulado. Devemos afirmar que as filosofias ou modelos ocidentais não podem ser impostos aos cidadãos africanos, dada a estrutura e as condições socioeconômicas e políticas do continente que variam consideravelmente dos países ocidentais em natureza e significado.

A governança global precisa reforçar o respeito à vida, liberdade, justiça, equidade, respeito e cuidado mútuos e dignidade, não importa quão diferente o sistema político de um país seja de outro. A governança global adota novos princípios sociais, incluindo os conceitos de autonomia e autodeterminação, que não podem ser seguidos sem o reconhecimento de seus efeitos sobre outros membros da comunidade global. Consequentemente, a ONU deve abster-se do uso de super-Estados para ajudar a resolver desafios no sul global, especialmente na África, promovendo estruturas institucionais internas no continente. Em muitas circunstâncias, os super-Estados se aproveitaram da ONU para perseguir seus interesses, que estão além do alcance nacional de qualquer país da África. Dado que a governança global não se

restringe apenas às Nações Unidas, as organizações regionais e sub-regionais da África têm potencial e devem ser apoiadas para resolver conflitos internos através de funções de apoio democrático e promoção de condições que fortifiquem a governança democrática, apoiam a estabilidade e a soberania popular.

REFERÊNCIAS

- Adebajo, Adekeye. 2016. “The Revolt Against the West: Intervention and Sovereignty”. *Third World Quarterly* 37 (7): 1187–1202.
- Amin, Samir. 2003. “Geostrategy of Contemporary Imperialism and the Middle East and the Middle East”. *Kasarinlan: Philippine Journal of Third World Studies* 18 (1-2): 5-41.
- _____. 2004. “Geopolitics of Contemporary Imperialism”. *Latin American Council of Social Sciences (CLACSO)*. <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/se/20100613064644/5Amin.pdf>.
- _____. 2015. “Contemporary Imperialism”. *Monthly Review* 67 (3), (jul.-ago.), <https://monthlyreview.org/2015/07/01/contemporary-imperialism/>.
- Basar, Eray. 2012. “Report Update: Unsecured Libyan Weapons – Regional Impact and Possible Threats”. *Civil-Military Fusion Centre*, nov. https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/20121031%20Libya%20Weapons%20Update_final.pdf.
- Bellamy, Alex J. e Williams, Paul D. 2011. “The New Politics of Protection? Côte d’Ivoire, Libya and the Responsibility to Protect”. *International Affairs* 87 (4): 825-850.
- Boulden, Jane. 2013. “The United Nations Security Council and Conflict in Africa”. In *Responding to Conflict in Africa: The United Nations and Regional Organizations*, organizado por Jane Boulden, 13-32. Estados Unidos: Palgrave Macmillan.
- Bovcon, Maja. 2009. “France’s Conflict Resolution Strategy in Côte d’Ivoire and its Ethical Implications”. *African Studies Quarterly* 11(1): 1-24. <http://www.africa.ufl.edu/asq/v11/v11i1a1.pdf>.
- Cassese, Antonio. 1986. *International Law in a Divided World*. Oxford: Clarendon Press.
- _____. 1991. “Violence, War and the Rule of Law in the International Community”. In *Political Theory Today*, organizado por David M. Held. Cambridge: Cambridge Polity Press.

- Chafer, Tony. F. 2002. "African Relations: No Longer so Exceptional?" *African Affairs, Regional African Society* 101 (402): 343-363, jan.
- Chamberlain, Muriel E. 2013. *The Scramble for Africa*. Nova York: Routledge.
- Declaration on the Inadmissibility of Intervention in the Domestic Affairs of States and the Protection of their Independence and Sovereignty. 1966. *The American Journal of International Law*, 60 (3): 662.
- Dembinski, Matthias e Reinold, Theresa. 2011. "Libya and the Future of the Responsibility to Protect – African and European Perspectives". PRIF-Report No. 107: 1-30. *Peace Research Institute Frankfurt (PRIF)*, Frankfurt, Alemanha.
- Eaton, Tim. 2018. "Libya's War Economy Predation, Profiteering and State Weakness". The Middle East and North Africa Programme, *Chatam House*, abr. <https://www.chathamhouse.org/sites/default/files/publications/research/2018-04-12-libyas-war-economy-eaton-final.pdf>.
- Erdağ, Ramazan. 2017. *Libya in the Arab Spring: From Revolution to Insecurity*. Nova York: Palgrave Macmillan.
- Frank, Andre Gunder. 1978. *Dependent Accumulation and Underdevelopment*. Londres e Basingstoke: The Macmillan Press Ltd.
- Gálvez, Eduardo. 2014. "Multilateralism, the United Nations and Global Governance. Background paper for the seminar "The United Nations in Global Governance"" *ECLAC*, Santiago, 8-9, ago. https://www.un.org/esa/ffd/wp-content/uploads/2014/10/66geg_ECLAC-seminar_EGalvez.pdf.
- Gathara, Patrick. 2019. "Berlin 1884: Remembering the Conference that Divided Africa". *Al-Jazeera*, 15 nov. <https://www.aljazeera.com/in-depth/opinion/berlin-1884-remembering-conference-divided-africa-191115110808625.html>.
- Glanville, Luke. 2013. "Intervention in Libya: From Sovereign Consent to Regional Consent". *International Studies Perspectives* 14(3): 325-342.
- Global Change Forum. (n.d). *Global risk*. <https://globalchallenges.org/global-risks/>
- Gordenker, Leon e Weiss, Thomas G. 1995. "Global Governance: An Declaration on the Inadmissibility of Intervention in the Domestic Affairs of States and the Protection of their Independence and Sovereignty Analytical Approaches and Dimensions", *Third World Quarterly* 16(3): 357-387.

- Goulding, Marrack. 1999. "The United Nations and Conflict in Africa since the Cold War". *African Affairs* 98(391): 155-166.
- Gowan, Richard. 2013. *Arab Awakening*. Nova York: Centre on International Cooperation (CIC), New York University. <https://cic.nyu.edu/topic/arab-awakening>.
- Heath, Elizabeth. 2010. "Berlin Conference of 1884-1885." In *Encyclopaedia of Africa*, organizado por Henry Louis Gates Jr. e Kwame Anthony Appiah. Oxford: Oxford University Press.
- Jackson, Robert H. 1990. *Quasi-States Sovereignty: International Relations and the Third World*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Johnson, D. 1975. "Book reviews : The West and the Rest of Us: White Predators, Black Slavers and the African Exile by CHINWEIZU (New York, Random House, 1975). 520 pp. \$15.00 Cloth. \$4.95 Paper". *Race & Class* 17(1): 107-108.
- Lyall-Grant, A. Mark e Dormandy, Xenia. 2011. "Is there an Arab Summer? The UN's Response to the Arab Spring". 27 jun., *Chatham House*. https://www.chathamhouse.org/sites/default/files/270611lyall_grant.pdf.
- Murthy, C. S. R. 2018. "United Nations and the Arab Spring: Role in Libya, Syria, and Yemen". *Contemporary Review of the Middle East* 5(2): 116-136.
- Noueihed, Lin. 2011. "Peddler's Martyrdom launched Tunisia's Revolution". 20 jan., *Reuters World News*. <https://uk.reuters.com/article/uk-tunisia-protests-bouazizi/peddlers-martyrdom-launched-tunisias-revolution-idUKTRE70I7TV20110119>.
- Omotola, J. Shola. 2014. "Post-Arab Spring: ECOWAS and the Promotion of Democratic Values in West Africa". *West Africa Insight*, mar., 9-11.
- Overseas Development Institute (ODI). 1999. Briefing Paper 1999, jul.
- Palmer, Norman D. e Perkins, Howard C. 2004. *International Relation: The World Community in Transition India*. India: AITBS Publishers.
- Plett, Barbara. 2011. "UN Security Council Middle Powers' Arab Spring Dilemma". *British Broadcasting Corporation*. 8 nov. <https://www.bbc.com/news/world-middle-east-15628006>.
- Sartre, Jean-Paul. 2001. *Colonialism and Neo-Colonialism*. Paris: Routledge.
- Segell, Glen. 2019. "Neo-colonialism in Africa and the Cases of Turkey and Iran". *Insight on Africa* 11(2): 184-199.

- Shively, W. Phillips. 2008. *Power and Choice: Introduction to Political Science*. Boston: McGraw-Hill.
- The Africa Center for Strategic Studies. 2011. "Africa and the Arab Spring: A New Era of Democratic Expectations." ACSS Special Report No. 1, nov., *Africa Centre for Strategic Studies*, Washington, D.C.
- Ulfstein, Geir e Christiansen, Hege F. 2013. "The Legality of the NATO Bombing in Libya". *The International and Comparative Law Quarterly* 62(1): 159-171.
- United Nations. 2000. "The United Nations system working together for a Better Nigeria", *United Nations Information Centre Lagos*.
- _____. 2010. *Operational Concept on the Protection of Civilians*. Nova York: Department for Peacekeeping Operations and Department for Field Support.
- _____. 2014. "Global governance and global rules for development in the post-2015 era". Committee for Development Policy, Economic and Social Affairs, *United Nations*. https://www.un.org/en/development/desa/policy/cdp/cdp_publications/2014cdppolicynote.pdf.
- _____. 2015. *The Protection of Civilians in United Nations Peacekeeping*. Nova York: DPKO e DFS Policy.
- United Nations General Assembly. 1965. "1965 Declaration on Independence and Sovereignty", (21 dez. 1965).
- United Nations Intellectual History Project. 2009. "The UN's Role in Global Governance," Briefing Note no. 15 ago., *UN Intellectual History Project*, www.unhistory.org/briefing/15GlobalGov.pdf.
- Wedgwood, Andrew e Dorn, A. Walter. 2015. "NATO's Libya Campaign 2011: Just or Unjust to What Degree?" *Diplomacy & Statecraft* 26(2): 341-362.
- Weiss, Thomas G. e Gordenker, Leon (ed). 1996. *NGOs, the UN, and Global Governance*. Boulder: Lynne Rienner.
- Weiss, Thomas G., Carayannis, Tatiana e Jolly, Richard. 2009. "The "Third" United Nations". *Global Governance* 15(1): 123-142. <https://www.jstor.org/stable/27800742>.
- Wyss, Marco. 2013. "The Gendarme Stays in Africa: France's Military Role in Côte d'Ivoire". *African Conflict and Peacebuilding Review* 3(1): 81-111.

Yachyshen, Dylan. 2020. "Great Power Competition and the Scramble for Africa. National Security Programme", *Foreign Policy Research Institute*, Philadelphia. <https://www.fpri.org/article/2020/04/great-power-competition-and-the-scramble-for-africa/>.

Young, C. 1991. "The Heritage of Colonialism," In *Africa in World Politics*, organizado por John W. Harbeson e Donald Rothchild. Oxford: West View Press.

RESUMO

Este estudo questiona o comportamento errático da governança global da ONU e da África para entender como o Estado se tornou uma cortina de fumaça para a segurança global. Usando os casos africanos da Costa do Marfim e da Líbia, o estudo argumenta que o papel da ONU na governança global foi bastante reacionário aos desafios colocados pela liderança política na África, sem considerar as consequências. Ao utilizar super-Estados para executar a governança global em seu nome no sul global, o comportamento da ONU minou erráticamente a soberania dos Estados mais fracos. Também corrobora para as lutas geopolíticas no nível do Conselho de Segurança das Nações Unidas entre super-Estados – Estados Unidos, Reino Unido e França versus China e Rússia –, produzindo todos os tipos de resultados indesejáveis que moldam o processo e a execução da abordagem atual intervenções da ONU em conflitos em todo o mundo. O estudo sugere que a ONU e os poderes internacionais devem incentivar o fortalecimento e a utilização de mecanismos institucionais internos, orientados por instituições apropriadas da ONU, longe das ações militares para resolver problemas enfrentados pelos Estados e não usar a ONU para alcançar interesses fora do escopo nacional dos estados mais fracos.

PALAVRAS-CHAVE

Costa do Marfim; Comportamento irregular; Governança global; Líbia; ONU; Super-Estados.

Recebido em 28 de abril de 2020

Aceito em 28 de julho de 2020

Traduzido por Larissa Kröner Bresciani Teixeira